

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.

ENTRE

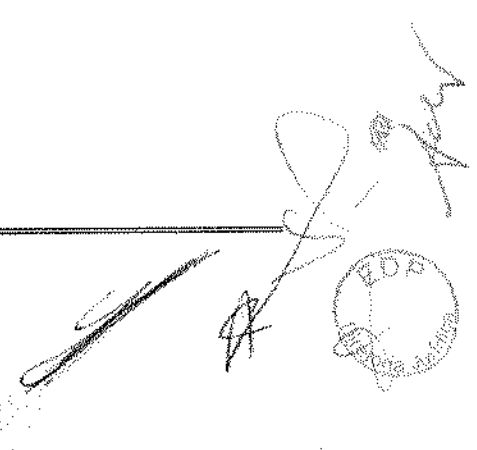
EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
como emissora,

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.
na qualidade de fiadora,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
representando a comunhão dos titulares
adquirentes das debêntures objeto da presente emissão

Datado de
29 de novembro de 2013

Handwritten signatures and a circular stamp of EDP - Energias do Brasil S.A. The stamp is located in the bottom right corner of the page, with the text "EDP" and "Energias do Brasil S.A." visible. There are several handwritten signatures over the stamp and in the surrounding area.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.

Pelo presente instrumento particular,

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, na Margem Direita do Rio Araguari, Coordenadas UTM/Sad 69/ Fusô 22, s/n, CEP 68915-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.200.920/0001-56, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP - CEP 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Fiadora");

E, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora e a Fiadora, "Partes");

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.*" ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. Emissão

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 29 de novembro de 2013 ("AGE"), conforme previsto no artigo 59 *caput* da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Garantia Fidejussória

A garantia fidejussória outorgada pela Fiadora no âmbito da Emissão é concedida com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 29 de novembro de 2013 ("RCA").

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, em Série Única, não Conversíveis em Ações, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), sob regime de garantia firme de colocação, será distribuída com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, ressalvado o envio de comunicação de encerramento da oferta pública à CVM, nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de Emissão pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 25, §1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata de AGE e RCA

2.2.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Amapá ("JUCAP") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Amapá ("DOEAP") e no Jornal Brasil Econômico, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Brasil Econômico, conforme disposto no artigo 142, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCAP

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCAP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma via original registrada ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis após o seu efetivo arquivamento.

2.4. Registro da Garantia Fidejussória no Registro de Títulos e Documentos

2.4.1. Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pela Fiadora, esta Escritura e seus eventuais Aditamentos deverão ser inscritos no competente registro de títulos e documentos do domicílio das Partes e uma cópia da via de cada registro será entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis contados do efetivo registro.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e para negociação no mercado secundário no Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo as distribuições e negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas do artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da UHE Cachoeira Caldeirão, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Emissora poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

3.2. Número de Emissão

A presente Escritura de Emissão contempla a 2ª emissão de debêntures da Emissora, que serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$478.000.000,00 (quatrocentos e setenta e oito milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.8 abaixo), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Cláusula 3.5 abaixo e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo).

3.4. Destinação dos Recursos

A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures será destinada a captação ponte de projeto de geração de energia a ser financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), cujos direitos de exploração foram adquiridos no âmbito do Leilão de Compra de Energia Elétrica de Novos Empreendimentos de Geração A-5, realizado em 14 de dezembro de 2012.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização para a totalidade das Debêntures, a ser prestada pelo BB-Banco de Investimento S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única

em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A." ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante e o escriturador mandatário da presente Emissão serão o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 47.800 (quarenta e sete mil e oitocentas) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão será 8 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 8 de outubro de 2014 ("Data de Vencimento").

4.2. Atualização Monetária, Amortização e Remuneração

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.

4.2.3. Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 106,30% (cento e seis inteiros e trinta centésimos por cento) da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua

página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis", por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a data da primeira subscrição e integralização ("Data de Integralização") até a data do efetivo pagamento ou a Data de Vencimento, conforme o caso, de acordo com a fórmula a seguir ("Remuneração").

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos Juros, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos na Data de Vencimento ou na data do seu efetivo pagamento, conforme o caso;

VNe - Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$Fator DI$ - Produto das Taxas DI-Over, com uso do percentual aplicado, da Data de Integralização, inclusive, até a data do respectivo cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k - Número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

n - Número total de Taxas DI-Over, sendo "n" um número inteiro.

p - 106,30 (cento e seis inteiros e trinta centésimos).

TDI_k - Taxa DI-Over de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produto dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produto "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



4.2.3.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição para apuração de TDI, o valor da última taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.3.2. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.3.4. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a legalmente substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da substituição, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.3.5. Caso não seja legalmente prevista taxa de substituição da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.6. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definida abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do inciso I do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por

Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere esta Cláusula.

4.2.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.2.4.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.3. Garantia Fidejussória

A Oferta contará com garantia fidejussória a ser outorgada pela Fiadora no âmbito da Emissão, nos termos da Cláusula VI abaixo.

4.4. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.4.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, observado que todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas na mesma data ("Preço de Subscrição").

4.4.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) por meio do Escriurador Mandatário para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.4.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.4.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

4.4.5. Degradência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de

Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.4.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Escriturador Mandatário, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.5. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.6. Resgate Antecipado

4.6.1. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, no todo ou em parte, a qualquer tempo e a exclusivo critério da Emissora. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado").

4.6.2. Nesse caso, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência ao Resgate Antecipado, notificação, bem como publicará comunicado nos termos da Cláusula 4.8 abaixo, contendo as seguintes informações: (i) se o resgate será total ou parcial e, se for parcial, a adoção do critério de sorteio, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, (ii) a data e o procedimento de Resgate Antecipado, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (iii) o valor do pagamento devido aos Debenturistas; e (iv) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas ("Notificação de Resgate Antecipado").

4.6.3. A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora que contenha o "de acordo" do Agente Fiduciário.

4.6.4. O resgate antecipado parcial, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.6.5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.7. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário

acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.8 Resgate Antecipado Compulsório

4.8.1. Observado que a Emissora deverá resgatar as debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, que estejam em circulação, objeto da 1ª emissão da Emissora ("1ª Emissão"), na ocorrência do 1º (primeiro) desembolso, em favor da Emissora, de recursos decorrentes de financiamento de longo prazo contratado com o (ou com recursos do) BNDES ("Financiamento BNDES"), conforme previsto no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.", a Emissora obriga-se a realizar o resgate antecipado das Debêntures objeto da presente Emissão ("Resgate Antecipado Compulsório") caso sobejem recursos oriundos do Financiamento BNDES após a realização do resgate das debêntures da 1ª Emissão.

4.8.2. Observado o item 4.8.1 acima, caso o montante decorrente do primeiro desembolso realizado pelo BNDES ("Primeiro Desembolso") seja suficiente para o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, o Resgate Antecipado Compulsório deverá ser total ("Resgate Antecipado Compulsório Total"). Caso o montante decorrente do Primeiro Desembolso não seja suficiente para realização do Resgate Antecipado Compulsório Total, o Resgate Antecipado Compulsório será parcial, em valor equivalente ao montante do primeiro desembolso utilizando para este caso os procedimentos de sorteio e validação descritos acima ("Resgate Antecipado Compulsório Parcial").

4.8.3. Observado o item 4.8.1 acima, após o evento de Resgate Antecipado Compulsório Parcial, e em havendo desembolsos subsequentes referentes ao Financiamento BNDES, a Emissora deverá utilizar os recursos recebidos de tais desembolsos subsequentes para promover outros eventos de Resgate Compulsório Parcial até que ocorra o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação.

4.8.4. O Resgate Antecipado Compulsório a que se refere esta Cláusula deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do Primeiro Desembolso ou dos desembolsos imediatamente subsequentes, conforme o caso.

4.8.5. O Resgate Antecipado Compulsório deverá seguir os procedimentos constantes da Cláusula 4.6.

4.9. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no DOEAP e no Jornal Brasil Econômico, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (www.edpbr.com.br/ri).

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses e desde que observados os prazos de cura, conforme aplicável ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada ao pagamento do principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação de pagamento;
- (b) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Fiadora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (c) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou aut falência formulado pela Emissora e/ou Fiadora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (d) perda ou término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, das concessões de energia elétrica da Fiadora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 10% (dez por cento) da receita líquida consolidada da Fiadora no último exercício social;
- (e) cisão, fusão ou incorporação da Emissora, exceto (i) se referidas operações societárias envolverem outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtido anuência prévia de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Fiadora, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, para Emissora, e R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) para a Fiadora, salvo se o protesto for validamente contestado em juízo pela Emissora ou Fiadora, conforme aplicável, e/ou desde que não tenha sido sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (g) notificação à Emissora e/ou Fiadora, de sentença judicial transitada em julgado, de natureza condenatória, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, para Emissora, e, R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda para a Fiadora, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações da Emissora pactuadas nesta Escritura de Emissão; e
- (h) realização de cisão, fusão ou incorporação da Fiadora que implique em redução na classificação de risco (*rating*) da Fiadora em mais que 1 (uma) nota, exceto se: (i) referidas operações societárias envolverem outra empresa do mesmo grupo econômico da Fiadora; ou (ii) no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação do novo relatório de classificação de risco, for obtida aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, para o reforço ou substituição da Fiança, cuja recusa

somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada; ou (iii) for obtida anuência prévia para as referidas operações societárias de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, cuja recusa somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada.

5.2. As Debêntures resgatadas em decorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático serão canceladas.

CLÁUSULA VI GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

6.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, incluindo Encargos Moratórios das Debêntures assumidas nesta Escritura e demais documentos da Oferta ("Obrigações Afiançadas"), a Fiadora comparece à presente Escritura, como fiadora e principal pagadora, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 827, 834, 837 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").

6.2. O Agente Fiduciário notificará a Fiadora, em 1 (um) dia útil, sobre a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, observado o respectivo prazo de cura, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, ou ainda aquelas devidas ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora, no prazo de 1 (um) dia útil contados a partir do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário, fora do sistema da CETIP e diretamente a favor dos titulares das Debêntures.

6.3. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Fiadora.

6.4. A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

6.5. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas.

6.6. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta ou ainda caso, por qualquer motivo, a Fiadora deixe de ser controladora da Emissora.

6.7. A Fiadora se sub-rogará no crédito devido pelos Debenturistas contra a Emissora observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Afiançadas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

6.8. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes além de declaração assinada por representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das obrigações dispostas na presente Escritura de Emissão;
- (b) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, na medida em que o fornecimento de tais informações não seja vedado por legislação a que a Emissora ou seu grupo econômico estejam sujeitos;
- (c) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data em que tomar ciência do evento, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, observados os respectivos prazos de cura, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (d) cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL recebida pela Emissora e pelas suas sociedades controladas relativa a uma causa de término de suas respectivas concessões, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento;
- (e) cópia dos comprovantes de cumprimento das obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da Data de Vencimento; e
- (f) informar e enviar ao Agente Fiduciário os documentos necessários à realização do relatório anual, elaborado conforme alínea “f” da Cláusula 8.4.1 desta Escritura de Emissão e no Artigo 12, alínea XVII, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), os quais incluem o organograma, todos os dados financeiros e atos societários referentes ao exercício social imediatamente anterior, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, e que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para divulgação pelo Agente Fiduciário, nos termos do Artigo 12, alínea XVIII, da Instrução CVM 28. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle.

7.1.2. Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet (www.edpbr.com.br/ri), dentro de 3

(três) meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos.

7.1.3. Estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimento aos Debenturistas.

7.1.4. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

7.1.5. Proceder à publicação tempestiva das demonstrações financeiras e dos demais documentos conforme a Lei das Sociedades por Ações e pelo artigo 17 da Instrução CVM-476.

7.1.6. Promover a adequada divulgação de atos ou fatos relevantes conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM-358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário.

7.1.7. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com as Leis das Sociedades por Ações e com as regras da CVM.

7.1.8. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando ainda as informações que lhe forem solicitadas.

7.1.9. Manter seus bens e ativos, considerados indispensáveis ao fiel desenvolvimento e operação das atividades da Emissora, devidamente segurados.

7.1.10. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.

7.1.11. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos. Inclusive manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal, exceto por aqueles que estejam sendo contestados judicial ou administrativamente pela Emissora.

7.1.12. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão.

7.1.13. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures conforme descrito na Cláusula 3.4 acima.

7.1.14. Notificar o Agente Fiduciário em 5 (cinco) dias úteis contado do conhecimento sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras), ou nos negócios da Emissora que, a critério da Emissora, possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura de Emissão.

7.1.15. Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário e a CETIP.

CLÁUSULA VIII

AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomenclatura

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. Remuneração do Agente Fiduciário

8.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada, sendo a primeira devida no 5º dia útil após a data de liquidação das Debêntures, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (b) as parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (c) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos desta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.2.1.1 O pagamento da remuneração prevista no caput desta Cláusula será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.2.1.2 A remuneração prevista no caput desta Cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.2.1.3 Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias, alimentação e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ocorrer conforme previsto na cláusula 8.6.2 abaixo.

8.2.1.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 8.6 a seguir.

8.2.1.5 Os serviços cobertos pela remuneração prevista na cláusula 8.2.1 "a" são aqueles descritos na Instrução CVM 28, na Lei das Sociedades por Ações, nesta Escritura de Emissão e nos demais atos normativos da CVM.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 8.3.6 a seguir.

8.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observada a Cláusula 8.3.2 acima.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCAP e registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos do domicílio das Partes, conforme previsto nas Cláusulas 2.3.1 e 2.4.1 acima.

8.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 4.8 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, às expensas da Emissora;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - alterações estatutárias ocorridas no período;
 - comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. aquisição facultativa e pagamento de Remuneração realizadas no período;
- vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- viii. declaração sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- ix. resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
- (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
e
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "f" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) em seu escritório;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e
 - (m.5) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

- (n) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e/ou a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os titulares das Debêntures, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da ciência de qualquer inadimplemento pela Emissora (observados os prazos de cura correspondentes), de obrigações assumidas na Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
- q.1) à CVM; e
- q.2) à CETIP;
- (r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- (s) divulgar as informações referidas na alínea "x" do item "I" desta Cláusula em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (t) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou *website* o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pelo Agente Fiduciário a ser validado pela Emissora.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

8.6. Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, desde que devidamente comprovadas, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. As despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sendo que no caso de despesa individual com valor superior a R\$3.000,00 (três mil reais) o Agente Fiduciário deverá tão somente comunicar a Emissora que a despesa será efetuada, dentro dos padrões de mercado, apresentando as cópias dos respectivos comprovantes, e sempre respeitando os limites da razoabilidade.

8.6.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas nas Cláusulas 8.6.1. e 8.6.2. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.6.3.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 8.6.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora relativa aos pagamentos devidos ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.2 acima.

8.6.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário razoavelmente venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6.4.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6.4 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

8.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras

relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

9.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.1.6. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

9.2. *Quorum* de Instalação

9.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

9.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4. *Quorum* de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula e salvo se disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, com

execução das alterações referentes: (i) à forma, (ii) ao resgate e à espécie das Debêntures, (iii) aos encargos aplicáveis às Debêntures, (iv) à periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, (v) à Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização decorrentes do disposto nas Cláusulas 4.2.3.4. a 4.2.3.6, (vi) à Repactuação ou Amortização das Debêntures, (vii) às Hipóteses de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, e (viii) dispositivos sobre *quorum* previstos nesta Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (c) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (d) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (e) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (f) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (g) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (j) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (k) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

- (I) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na:

1.1) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora, com vencimento em 28 de fevereiro de 2014, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.2) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 08 de outubro de 2014, em que foram emitidas 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 168.000.000,00 (cento e sessenta e oito milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.3) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora, com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.4) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Lajeado Energia S.A., com vencimento em 25 de novembro de 2019, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), com fiança prestada pela Fiadora. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.5) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição com esforços restritos de colocação, da Companhia Energética do Jari – CEJA, com vencimento em 07 de outubro de 2018, em que foram emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com fiança prestada pela Fiadora. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.6) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa, com vencimento em 02 de julho de 2014, em que foram emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data (i) foi verificado eventos de amortização, nos termos da respectiva escritura de emissão e (ii) não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.7) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão I S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela Fiadora. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.8) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela Fiadora. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

1.9) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão III S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela Fiadora. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; e

1.10) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela Fiadora. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento.

- (m) Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento nas emissões descritas nos itens (I) 1.1, 1.2 e 1.3 acima. Na data da emissão, as debêntures da Fiadora não possuem garantias e as debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora possuem garantia fidejussória da Fiadora, conforme previsto nas respectivas escrituras de emissão; e
- (n) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

10.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

10.2. A Emissora declara e garante que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (f) a Emissora manterá em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (g) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (h) a Emissora é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (i) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão, salvo em relação à emissões previstas na alínea "I" da cláusula 10.1 acima; e
- (j) a Emissora responsabiliza-se pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

10.3. A Fiadora declara, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das suas obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de

qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou
(b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) as demonstrações financeiras da Fiadora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Fiadora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Fiadora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (g) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (h) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras; e
- (i) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão, salvo em relação às emissões previstas na alínea "f" da cláusula 10.1 acima.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora:

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.

Margem Direita do Rio Araguari, Coordenadas UTM/Sad 69/ Fuso 2268915-000

At.: Sr. André Luiz de Castro Pereira

Telefone: (11) 2185-5528

Fax: (11) 2185-5100

E-mail: andre.pereira@edpbr.com.br

Para a Fiadora:

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar

CEP 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sr. Cassio Carvalho Pinto Vidigal

Tel: 55 011 2185-5085

Fax: 55 011 2185-5980

E-mail: cassio.vidigal@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTAGON S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro - RJ

Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira.

(21) 3385-4565

(21) 3385-4046

backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

Vila Yara, Osasco, SP- 06029-900

At.: Departamento de Ações e Custódia

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.3.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios, sob protocolo, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por



meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.3.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5. Efeito Vinculante

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6. Independência das Disposições

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.7. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.8. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 29 de novembro de 2013.



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., celebrado entre a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 29 de novembro de 2013 – página 1 de 4

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.


Nome: _____
Cargo: André Luiz de Castro Pereira
Diretor


Nome: _____
Cargo: Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

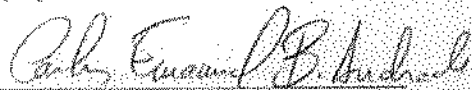




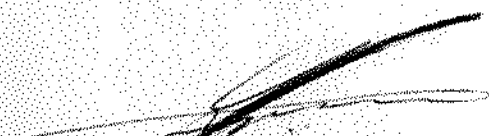


Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., celebrado entre a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 29 de novembro de 2013 – página 2 de 4

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.



Nome: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Cargo: Diretor Vice Presidente



Nome: Luiz Otavio A. Henriques
Cargo: Diretor Vice Presidente



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., celebrado entre a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 29 de novembro de 2013 – página 3 de 4

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

MARCELO HORA SANTOS
Nome: MARCELO HORA SANTOS
Cargo: Diretor


[Handwritten signature]


[Handwritten signature]



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., celebrado entre a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 29 de novembro de 2013 – página 4 de 4

TESTEMUNHAS:



Nome: CASSIO VIDIGAL
RG: 14.785.880
CPF: 116.045.768-98


Nome: Gilberto dos Santos Junior
RG: 47.734.337-X
CPF: 371.511.685-96

JUCAP JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAPÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/12/2013 SOB Nº: 20130233552
Protocolo: 13/023355-2, DE 06/12/2013

Processo: 16.3.0000116-2
EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.


ROMÉRIA SOUZA GOMES
SECRETÁRIO GERAL